

RESENHA DA OBRA *CAMPONESES DE ENGENHO E ARTE: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DOS IMIGRANTES ITALIANOS EM MINAS GERAIS*, DE FEDERICO CAMPOLI¹

Carlos Eduardo Rovaron*

A obra *Camponeses de Engenho e Arte: História e Geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais*² foi escrita pelo italiano Federico Campoli, doutor em Geografia pela Universidade de L'Aquila, e que entre 2003 e 2007 foi professor visitante na Universidade Federal de Minas Gerais, período em que desenvolveu estudos sobre a imigração italiana em Minas Gerais e no Brasil. Trata-se de um livro escrito com base em sua tese de doutorado sobre a Imigração Italiana em Minas Gerais.

Esta obra transita entre a Geografia e a História e divide-se em quatro grandes partes, intituladas *Introdução à Imigração em Minas Gerais*, *Expressão Rural da Imigração Italiana em Minas Gerais*, *Expressão Urbana e Industrial da Imigração Italiana em Minas Gerais* e *Conclusões*. Esses blocos, ou partes deles, apresentam subdivisões que desempenham o papel de pequenos capítulos.

O primeiro bloco, *Introdução à Imigração em Minas Gerais*, apresenta cinco subdivisões, sendo a primeira intitulada *1.1 – Minas Gerais do Século XIX e a imigração*. Nesta subdivisão, é possível encontrar um detalhado contexto histórico, demográfico e econômico de Minas Gerais antes da imigração italiana e durante ela. O autor busca descrever a sociedade mineira que receberia o imigrante e acabaria por absorvê-lo culturalmente. Nessa descrição, considera-a uma sociedade jovem, com menos de trezentos anos, porém com uma identidade cultural própria e bem definida, fruto da interação cultural entre conquistadores portugueses, brasileiros, pessoas negras escravizadas e pessoas negras libertas.

O autor também faz uma conexão direta entre a imigração italiana em Minas, o fim da escravidão e o café, esboçando de forma sintética o histórico do desenvolvimento da cafeicultura em Minas Gerais. Dá destaque para as pessoas escravizadas importadas

¹ Trabalho escrito para o Museu Virtual da Imigração Italiana em Minas Gerais (MUVIT MG) em 2025.

* Doutor em História Econômica pelo Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e membro da comissão científica do Museu Virtual da Imigração Italiana em Minas Gerais (MUVIT/MG).

² CAMPOLI, Federico. **Camponeses de engenho e arte: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Manuscritos, 2013.

para trabalhar na mineração, antes do ciclo do café e da imigração, tornando Minas Gerais a província com o maior número de escravos do Império brasileiro. Realça a importância das pessoas negras na formação desta sociedade.

Campoli também descreve as pressões inglesas para o fim da escravidão e elenca os principais eventos que a levaram a cabo no Brasil: o Bill Aberdeen, em 1845, a Lei Eusébio de Queirós em 1850, a Lei do Ventre Livre em 1871, a Lei dos Sexagenários em 1885 e finalmente a Lei Aurea em 1888. Aponta o ano de 1888 e o fim da escravidão como o momento em que Minas começou de fato a pensar na imigração, justamente por ter sentido menos a falta de mão de obra escrava depois do fim do tráfico negreiro em 1850, isto graças a sua grande população de pessoas escravizadas. O que houve em Minas, segundo ele, foi o simples deslocamento dos escravos das regiões mineradoras para o Sul cafeeiro da província. Graças a isso, Minas iniciou a elaboração de políticas de imigração com quase quinze anos de atraso em relação às províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, as quais começaram ensaiar a importação de imigrantes europeus ainda na década de 1870.

Campoli defende que a estrutura escravista da sociedade mineira perdurou até as primeiras décadas do século XX e que só começou a ser alterada com a imigração italiana em Minas. Após a abolição da escravatura, em 1888, talvez seja melhor falar em permanência de uma mentalidade escravista em vez de uma estrutura social escravista, mas fato é que o autor prepara o terreno para trabalhar o que consideramos uma das hipóteses mais centrais de sua obra: a de que o imigrante italiano foi o responsável por enobrecer o trabalho manual, numa sociedade em que esse tipo de trabalho era visto como inferior, coisa de escravo.

Na segunda subdivisão da primeira parte, *Dinâmicas e Diásporas da Imigração Italiana em Minas Gerais*, Campoli se debruça com maior profundidade sobre as questões da demografia histórica, sobre as motivações da imigração e sobre a legislação. Entre as motivações para a imigração, Campoli elenca o fornecimento de mão de obra para o cultivo do café, a colonização de áreas incultas com europeus - a baixa densidade demográfica era um dos problemas de Minas - colonização de áreas estratégicas para a defesa do território - este é caso do Sul do Brasil - e “branqueamento da população”, de acordo com as teorias racistas da época.

Na sequência, o autor lança mão de dados demográficos para discutir a presença italiana em Minas. Para isso, vale-se do censo de 1920, de acordo com o qual apenas 0,73% da população de Minas era composta por italianos. Porém, defende que apesar de

exígua, essa imigração italiana foi fundamental para iniciar processos econômicos, políticos, sociais e territoriais no estado. Em seguida, o autor cita várias fontes de informações demográficas sobre a imigração Italiana na Minas Gerais do século XIX, que foram utilizadas para estimar posteriormente que tinham entrado em Minas 77.483 italianos entre 1872 e 1930. Ele divide a imigração italiana em duas fases: a primeira, entre 1860 e 1887, muito modesta em números, espontânea e caracterizada por imigrantes oriundos do Sul da Itália, dedicados ao comércio e artesanato nos centros urbanos ou dedicados à agricultura de subsistência. Essa corrente migratória não foi motivada pela fome. A segunda fase vai de 1887 a 1930 e corresponde a um maior volume de imigrantes italianos oriundos do Nordeste da Itália, analfabetos e com poucos conhecimentos técnicos e, em sua maioria, empregados na agricultura. Aponta a década de 1888 – 1898 como a de maior entrada de imigrantes. Campoli apresenta dois gráficos sobre a entrada de imigrantes no Brasil e em Minas entre as páginas 40 e 41, os quais lhe permitem discutir, posteriormente e de forma contextualizada, os fluxos demográficos, tais como a relação entre a diminuição das entradas entre 1892-1893 e as turbulências enfrentadas pela República nestes anos (descritas em nota), ou a redução de incentivos governamentais e da entrada de imigrantes, ligadas à crise do café entre 1893 e 1906. O autor apresenta ainda mais informações acerca de dados demográficos merecedoras de atenção, mas extensas para este resumo.

Depois disso, aborda a questão dos núcleos coloniais citando dois deles, criados pelo governo provincial mineiro de acordo com a vontade de D. Pedro II, em 1888: Núcleo Colonial Rodrigo Silva (Barbacena-MG) e Núcleo Colonial Várzea do Marçal (São João Del Rei-MG). Discorre também sobre os núcleos coloniais particulares que viriam a ser implantados ao longo das redes de ligação do Estado, matéria disciplinada pelo Decreto nº 179 de 1890, mas que não surtiu muito efeito. Indica que, entre 1892 e 1902, a maior parte dos imigrantes foi introduzida em Minas por meio do sistema de pedidos.

Com relação à legislação, começa com o artigo 16 da Lei Imperial nº 514 de 1848, que permitia que cada província do Império pudesse dispor de seis léguas quadradas para a colonização. Campoli aponta esta lei como o pontapé inicial que estimulou as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo a elaborarem leis provinciais estruturadoras de suas máquinas de imigração, antes de Minas Gerais. O primeiro ato normativo de Minas referente à imigração é a Lei nº 2.819 de 1881, mas o autor dá grande importância à Lei Provincial nº 3.417 de 1887 e para o Decreto Provincial nº 108 de 1888, que foram

modelos para elaboração das leis e decretos subsequentes. O autor então descreve, citando instituição por instituição, todas as medidas implementadas por esses atos normativos que não surtiram grande efeito, por causa do contexto turbulento entre a queda da Monarquia e o início do período republicano. Já no contexto republicano, a Lei nº 19 de 1891, no seu art. 26, estabeleceu que haveria uma quota em dinheiro a ser destinada a entes particulares e associações por cada imigrante introduzido, medida esta que surtiu efeito positivo. O autor considera que, durante a República, a imigração foi mais bem gerenciada, apontando como medidas principais a promulgação da Lei Estadual nº 32, de 1892 e dos decretos estaduais nº 612, de 1893 e nº 777, de 1894.

Ainda sobre questões demográficas, o autor detecta uma diminuição sensível da entrada de imigrantes em 1898, ligada à já mencionada crise do café, à baixa remuneração, às piores condições de contrato e à baixa qualidade de vida em relação aos estados vizinhos, o que gerou um novo deslocamento para fora de Minas. Campoli lembra das restrições impostas pelo Governo italiano às emigrações para Minas Gerais, no início do século XX, por conta de reclamações dos italianos que já estavam no Estado. Porém, detecta uma leve retomada da imigração entre 1906 e 1916, ligada ao fim da crise do café, a partir do aumento internacional da demanda. A chamada “imigração por convite” é apontada como relevante, no início do século XX. A entrada do Brasil na 1ª Guerra Mundial gerou uma nova queda na imigração. A crise de 1929 e ascensão do Fascismo na Itália também tiveram efeito negativo na imigração para Minas. O autor considera que o Decreto Prinetti³ de 1902, não teve forte impacto em Minas, porque a imigração já havia se estabilizado no Estado.

Campoli também cria cinco categorias para estudar os imigrantes, a saber: o trabalhador braçal, o camponês colono (ocupante de um lote em um núcleo colonial), o trabalhador empenhado na construção de Belo Horizonte, o trabalhador empenhado na construção de obras civis (ferrovias, estradas, represas) e nas fábricas e nas minas e, por último, o trabalhador empenhado em trabalhos diversificados nas cidades e nas vilas de Minas. Explora as nuances de cada uma dessas categorias e indica que o maior número de imigrantes que entrou em Minas encaixa-se na categoria trabalhador braçal,

³ Ato normativo ministerial, aprovado pelo Comissariado Geral da Emigração na Itália, em 26 de março de 1902, o Decreto Prinetti proibia a emigração subvencionada pelo Governo Brasileiro. Esse ato normativo tratou-se de uma Portaria, que recebeu o nome do então Ministro do Exterior da Itália, Giulio Prinetti. Decorreu de um relatório sobre as condições de trabalho nas fazendas brasileiras, o qual denunciava as situações de maus tratos e abusos vividas pelos imigrantes nas plantações cafezeiras, principalmente no período pós-abolição. No entanto não proibia a migração espontânea: os italianos que quisessem, podiam emigrar para o Brasil, mas teriam que pagar suas próprias passagens.

empregados majoritariamente na lavoura de café e provenientes em sua maioria do Nordeste da Itália.

O autor também problematiza o conceito de “colono” e lança o dado de que cerca de 90% da mão de obra importada da Itália, durante o início da República chegou a representar 25% dos trabalhadores de Minas Gerais, participando significativamente da economia. Como essa participação era tão importante e representativa se o número de italianos era pequeno em termos absolutos? Fundamenta essa significativa participação italiana na economia com um dado cultural: numa sociedade recém-saída da escravidão, o trabalho manual era visto como inferior, como “coisa de negro”. Por esse motivo, os patrões e os libertos que absorveram essa cultura, não se sentiam bem exercendo atividades manuais.

Os italianos representaram um modelo de trabalhador que, por meio do trabalho manual nas lavouras de café, conseguiu se tornar uma classe média. Com isso, Campoli constrói a base de uma de suas hipóteses centrais, a de que o italiano transformou essa sociedade pelo enobrecimento do trabalho manual.

Em meio à descrição desse contexto pós escravista, o autor aponta algumas situações particulares: italianos trabalhando ao lado de “ex-escravos”; proprietários de terras que consideravam o imigrante como sua “propriedade”; abusos diversos, tais como contratos inadequados em que o imigrante, por meio de endividamento, caía numa situação de semiescravidão. Todo esse contexto, segundo o autor, foi também responsável por desencorajar a imigração para Minas.

Campoli descreve a diferença entre os modelos de contratos em Minas e São Paulo. Se em Minas era comum a parceria agrícola, de retorno financeiro de longo prazo e que vinculava o imigrante à terra porque ele tinha que reinvestir na lavoura para garantir a colheita do ano seguinte, em São Paulo se difundiram contratos mais vantajosos, como a locação de serviços e o colonato, que davam maior autonomia financeira para o imigrante. Em meio a exploração dessa complexa realidade, Campoli menciona um dado que repete várias vezes em seu trabalho: a rápida assimilação da cultura da sociedade mineira pelos imigrantes, que rapidamente perdiam a identidade cultural de origem.

A respeito dos núcleos coloniais, o autor divide seu estudo em três fases: 1888-1892, 1892-1906 e 1906-1927. Em todas essas fases, foram criadas 39 colônias por atos normativos, mas a terça parte delas nem chegaram a funcionar ou extinguiram-se rapidamente. Esses núcleos hospedaram uma quantidade significativa de imigrantes, porém em número inferior ao dos colonos brasileiros. Essa realidade é ilustrada na tabela

da página 52 do livro. A rápida assimilação cultural dos italianos também é observada no contexto das colônias. Visto que estavam próximas a vias de comunicação e a centros urbanos, não houve isolamento, como aconteceu no Rio Grande do Sul.

Além de tratar dos núcleos coloniais rurais, o autor também descreve brevemente os núcleos coloniais urbanos de Belo Horizonte, criados para abastecer a nova capital de gêneros agrícolas.

Seguindo seu relato, Campoli aponta que a região sul do estado, entendendo como sul do estado as zonas cafeeiras fronteiriças com o Rio de Janeiro e com São Paulo, foram as áreas que mais receberam imigrantes. Mais uma vez, a concentração da imigração coincide com a cultura do café.

Com relação às obras de construção civil, com certo destaque para Belo Horizonte, o perfil dos italianos empregados é de homens solteiros, alfabetizados e dotados de conhecimentos das técnicas desse tipo de trabalho. O autor parece estender esse perfil para o trabalho nas fábricas e na mineração.

O direcionamento de imigrantes para as áreas urbanas foi minoritário em relação ao ambiente rural, tendo se concentrado em apenas algumas cidades. Nos primeiros vinte anos do século XX houve muita movimentação interna e muitos italianos alocados no campo se dirigiram para as cidades, contribuindo para os seus aumentos populacionais e seus processos de industrialização.

Ainda sobre a rápida assimilação dos imigrantes à cultura brasileira, Campoli lembra que a chamada grande imigração coincidiu com a então recente unificação da Itália, que teve pouco poder para disseminar uma cultura e identidade únicas, perdurando uma infinidade de dialetos e diferenças étnicas. Portanto, os italianos que vieram para o Brasil nesse período representavam um grupo heterogêneo. Também lembra que o fato de a Itália ter sido considerada inimiga na 2ª Guerra Mundial levou o governo brasileiro forçar os italianos residentes no país a apagarem vários elementos símbolos de sua identidade cultural. O autor termina afirmando que “Não existe identidade italiana em Minas Gerais e não existe um forte sinal capaz de distinguir a cultura italiana” (p. 57).

Nas subdivisões subsequentes da primeira parte, o autor trata a imigração de forma regionalizada, enfatizando os espaços de Minas em que ela foi mais intensa. Em *1.3 – Os Italianos na Zona da Mata*, começa situando as fronteiras da Zona da Mata com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo e traça um pequeno histórico da expansão cafeeira: do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro para essa região mineira e, posteriormente, para o Sul de Minas, Espírito Santo e São Paulo. Afirma que a Zona da Mata dividiu, com o Sul de

Minas, o maior número de imigrantes que entrou em território mineiro e passa a discorrer sobre 11 dos 33 núcleos coloniais nela instalados, criados entre 1888 e 1927. Cita 7 deles que, após 1906, se dedicaram ao cultivo extensivo de café. Mais uma vez, o autor relembra a relação direta entre a maior parte imigração italiana e o café em Minas.

O autor retoma os dados demográficos já apresentados anteriormente e relembra que o pico da chegada de imigrantes ocorreu entre 1896 e 1897 e que, em sua grande maioria, se dirigiu ao trabalho no campo, no cultivo do café. Traça o perfil desses imigrantes e cita rapidamente os municípios que mais concentraram italianos em suas fazendas de café. Informa que entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial a estrutura econômica criada pelo café dissolveu-se quase completamente, convertendo a produção agrícola para outras culturas. Porém, destaca os efeitos da cafeicultura no território para além da imigração, tais como a construção de estradas e ferrovias, sobretudo ligando a região com o Rio de Janeiro, e o desenvolvimento industrial e urbano. Enumera, também, as ferrovias da Zona da Mata em que houve maciça participação da mão de obra imigrante em suas construções.

Na subdivisão intitulada “1.4 – *Os Italianos no Sul de Minas*, o autor começa descrevendo as características geográficas dessa região, sua paisagem, clima e belezas naturais. Mais uma vez, é estabelecida uma relação entre as lavouras de café e o imigrante, já que a região se tornou uma das áreas de grande produção cafeeira. Os italianos também se fizeram presentes nas cidades da região, participando na construção de suas infraestruturas urbanas e ferroviárias.

Campoli também identifica um fluxo de imigrantes para essa região, proveniente das áreas vizinhas de São Paulo. Entre 1891 e 1904 teve início a imigração subvencionada em Minas, entrando nesse período 70.000 imigrantes, 1/3 dos quais destinara-se ao Sul de Minas. O autor pondera que, para falar de imigração na região, é necessário falar tanto da espontânea quanto da subvencionada, e ainda levar em conta a experiência colonial.

O caso mais emblemático, citado para ilustrar a imigração italiana na região, é o do município de Poços de Caldas. O autor também versa sobre os seis núcleos coloniais instalados na região, indicando os que produziam café. Eles são descritos como de produtividade alta, considerável participação de italianos e como longevos em relação a outros. Em outras palavras, foram experiências coloniais satisfatórias. Por fim, o autor salienta que a região possuía uma grande concentração da elite política brasileira entre o fim do século XIX e início do XX. Mais ainda, é uma região turística, por causa das águas termais – refere-se aí a Poços de caldas – e ainda produz café nos dias atuais.

Na subdivisão *1.5 Presença Italiana no Resto do Estado*, Campoli faz uma análise da imigração em outras regiões. O autor trata da imigração em duas regiões que receberam imigração em menor intensidade em relação à região meridional: o Triângulo Mineiro e o Vale do Rio Doce. No Triângulo Mineiro, indica que se repetiu o que aconteceu no Sul de Minas, porém em menor escala, em função da sua menor concentração de cafezais. A busca por imigrantes pelos fazendeiros do Triângulo começou no último período imperial e, assim como aconteceu nas outras regiões, a maior parte foi empregada no cultivo de café. Também houve participação imigrante na vida urbana da região (pequeno comércio e indústria local). Os imigrantes também foram empregados em obras públicas, como a Ferrovia Mogiana.

Os registros das hospedarias municipais, tais como o Lazareto Municipal de Uberaba e a Hospedaria de Sacramento, onde permaneciam os imigrantes vindos da Hospedaria Horta Barboza, de Juiz de Fora, indicam um fluxo considerável de imigrantes para a região. Estima-se que 20.000 imigrantes se radicaram na região.

Já no Vale do Rio Doce, região de imigração também menor em importância, Campoli informa que o movimento migratório se deu ao longo de um tempo maior e praticamente se limitou à área fronteira com a Zona da Mata.

O Vale do Rio Doce é descrito como sendo uma região economicamente marginal na metade do século XIX, por estar isolada das vias de acesso com o Rio de Janeiro, mas ganha importância na última década do mesmo século a partir da construção das estradas de ferro Vitória-Minas e Leopoldina, que lhe atravessavam. Dá um destaque especial para a cidade de Manhuaçu, cuja economia ainda hoje se baseia em parte na cafeicultura.

Com relação à imigração para o Norte de Minas, o autor menciona a instalação de uma fazenda e de dois núcleos coloniais nos anos de 1920, que tiveram vida curta por conta da crise de 1929. Considera que a imigração no Norte de Minas no século XIX e XX foi totalmente inexistente. Assim, encerra-se a primeira parte.

A segunda parte é denominada *Expressão Rural da Imigração Italiana em Minas Gerais*. A sua primeira subdivisão é intitulada *2.1 – Os Italianos e a Imigração Rural Mineira* e é uma complexa introdução às subdivisões subsequentes. Campoli começa apresentando o ambiente rural como o palco principal da atuação do imigrante italiano em Minas Gerais. Resumindo, a ideia é a de que foi no ambiente rural, em maior parte nas lavouras de café, que o italiano se encontrou com a sociedade mineira, no recorte temporal 1860-1930. Apresentaremos os objetivos do autor com suas próprias palavras:

“Tentar-se-á entender as iniciativas e as respostas políticas, econômicas e sociais surgidas da imigração rural em Minas Gerais. Além disso procurar-se-á analisar e relacionar alguns significativos estudos de caso, (...)” (p. 83).

O autor recupera o contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e exalta a grande capacidade de adaptação dos italianos como motivadora de seus empregos nas mais diversas atividades para além do cultivo do café. Atribui ao italiano um protagonismo no espaço agrícola mineiro e fala de um “...sucesso da fusão do imigrante italiano com a ‘ruralidade’ mineira” (p. 83).

Apesar de estabelecer o recorte temporal entre 1860 e 1930, situa a grande entrada de imigrantes na década de 1890, período em que chegaram milhares de camponeses provenientes do nordeste da Itália. Segundo o autor, o espaço rural cafeeiro brasileiro - que carregava a mais forte herança escravista em termos de condições e relações de trabalho - foi tolerada pelos imigrantes italianos por terem saído de um contexto de penúria e fome na Itália. Dessa forma, o trabalho duro era recompensado ao menos pela subsistência e pelo abrigo.

A avaliação do trabalho livre do imigrante teve críticas e aprovações, porém houve uma opinião unânime no período áureo da imigração: foi considerado o trabalhador mais produtivo e confiável. O autor aponta sucessos e fracassos, inclusive com situação de maus tratos.

As análises dos registros da Hospedaria de Juiz de Fora indicam que a maioria era composta de agricultores. Além disso, no período republicano, as análises dos pedidos dos fazendeiros ao Estado e das listas dos imigrantes nos Distritos de Imigração indicam a sua concentração na parte meridional do Estado. Mais do que isso, indicam que 60.000 dos 77.000 dos imigrantes registrados destinaram-se à agricultura, em especial à lavoura de café. Há uma minoria de italianos dedicados a outras culturas, ou consorciadas ao café.

À meação e ao trabalho pago por dia como formas de emprego do imigrante, o autor soma a sua atuação nos núcleos coloniais públicos ou privados. Informa que a experiência dos núcleos coloniais envolveu 3.000 imigrantes. Em seguida, versa brevemente sobre os núcleos coloniais urbanos, característicos de Belo Horizonte, que empregaram aproximadamente 500 italianos no período entre 1898 e 1916. Depois disso, cita as fazendas modelo instituídas pelo Governo Mineiro, que incluíram a Estação Sericícola de Barbacena, onde os italianos, como detentores de conhecimentos técnicos da cultura da seda, tiveram papel importante.

É nessa seção que o autor começa a desenvolver o que consideramos ser uma das hipóteses centrais de seu trabalho: a de que o imigrante italiano enobreceu o trabalho manual: “Além disso, um dos atos mais importantes realizados pela imigração italiana na sociedade mineira é representado pela difícil e louvável obra de ter enobrecido, mesmo e principalmente no campo, o trabalho manual” (p. 86). Esse impacto da imigração italiana na sociedade mineira é chamado pelo autor de herança “tácita” e “forte”. Além disso, a imigração teria introduzido, no Brasil, o hábito do trabalho familiar e instaurado o regime da pequena propriedade. Por fim, o autor menciona, rapidamente, inovações técnicas e novas culturas trazidas pelos imigrantes.

Passemos para a subdivisão 2.2 *A Normativa Sobre a Imigração no Âmbito Rural*. Campoli traça um breve histórico sobre a imigração europeia no Brasil entre 1860 e 1930. Indica o pioneirismo de São Paulo em matéria de políticas migratórias. Em um segundo momento, copiando São Paulo, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo buscaram promover a imigração. A última província a se preocupar com a questão foi Minas Gerais.

Lembra que no final da década de 1870 o Governo Imperial passou o ônus da imigração às províncias, permitindo que estas elaborassem suas próprias leis sobre o assunto. Minas copiou São Paulo na formulação e promulgação de suas leis e decretos, que Campoli divide em “...*normas de regulação da introdução de imigrantes, normas para favorecer o funcionamento da imigração e normas disciplinadoras do acesso à terra, ao trabalho nas fazendas e nos núcleos coloniais*” (p. 94). Indica a efetiva participação dos fazendeiros, como classe política dirigente, na elaboração do corpo normativo que, de acordo com suas análises, objetivava desenvolver a economia cafeeira e aumentar a população por meio da colonização.

O autor explora os aspectos ligados ao universo rural presentes nas leis nº 3.417 de 1887, nº 32 de 1892, nº 608 de 1893 e nº 150 de 1896. Um dos aspectos observados é a preferência por imigrantes que trabalhassem no meio rural e que viessem com a família. Diante de um quadro normativo que considera bem elaborado e coeso, Campoli se pergunta por que a imigração em Minas não surtiu grande efeito. Uma das possíveis explicações, segundo ele, é o fato de o Governo Mineiro encontrar-se com o caixa vazio entre os últimos anos do século XIX e a metade da década de 1920, por causa da crise do café. Outra explicação é que as melhores condições de vida e os salários mais altos pagos em São Paulo eram muito mais atrativos. Em Minas, o imigrante era ancorado à terra através de um sistema de remuneração que dificultava a acumulação e a mobilidade social.

Por fim, citando Norma Góes Monteiro, Campoli fala de um controle numérico dos imigrantes, que visava evitar que eles revolucionassem aquela realidade social, da qual os fazendeiros eram beneficiários.

Sigamos para a subdivisão 2.3 *Os Contratos no Âmbito Rural*. Nesta parte o autor estabelece uma relação direta entre a imigração italiana e o surgimento de “numerosas e inéditas formas contratuais” (p. 101).

Descreve uma economia pouco diversificada em Minas, centrada na monocultura do café e na qual havia falta de meio circulante, inclusive nas mãos dos fazendeiros. Nesse contexto, o contrato mais usado foi o de parceria, mais especificamente a meação: “O contrato de parceria, no qual o dinheiro não aparecia, resolvia perfeitamente o problema” (p. 102).

Como fontes para o estudo dessa modalidade contratual, o autor serviu-se de um contrato encontrado em Poços de Caldas, de outros encontrados na Zona da Mata e no Sul de Minas e do Relatório da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais de 1906, conhecido como Relatório Carlos Prates, por ter sido ele o diretor da Secretaria na época. Observa que não há um formato padrão único, havendo variações nas cláusulas, mas levanta algumas características gerais: “...o longo prazo, em média 5 anos, os trabalhadores residindo na fazenda e a produção de café” (p. 103). Também chama a atenção para o fato de que as cláusulas que fixam os deveres dos patrões são poucas, ao passo que a dos empregados são numerosas.

Dentre as matérias tratadas nos contratos, dá destaque para a cessão de lotes para o cultivo ou para a permissão de cultivar nas ruas de café. Os contratos também abordavam descontos concedidos aos imigrantes, como os da venda da fazenda, que praticava preços de monopólio.

Além da meação, havia outros tipos contratuais, como a locação de serviços, o colonato, o sistema de remuneração mista de produto e dinheiro e o arrendamento. Campoli afirma que esses contratos, ao fim e ao cabo, são semelhantes ao de parceria porque a remuneração era *in natura* e não em dinheiro. Já a empreitada é um contrato de curto prazo destinado ao desenvolvimento de atividades de suporte para o funcionamento da fazenda, como uma reforma, por exemplo.

O autor defende que, num primeiro momento, o trabalhador brasileiro era quase ausente dos trabalhos fixos com contratos de parceria. Em seguida, apresenta dados para defender essa afirmação.

Por fim, considera que o contrato de meação é muito semelhante aos praticados no Nordeste da Itália, de onde muitos imigrantes eram originários: “...estão presentes cláusulas determinantes da vida econômica e social dos camponeses, como a reverência aos donos da terra através do respeito e da homenagem, de trabalho duro e de remuneração in natura” (p. 106).

Na subdivisão 2.4 *Imigração nas fazendas*, Campoli se ocupou, principalmente, com o microcosmo da fazenda, utilizando estudos de caso para elaborar suas considerações, em especial a Fazenda do Rochedo, que se desmembrou de São João Nepomuceno tornando-se o município de Rochedo de Minas, e algumas fazendas de Poços de Caldas. Antes, porém, discute alguns dados demográficos. Primeiro, pondera que, em função da característica mutável do trabalhador imigrante, é difícil estabelecer uma cifra exata para a quantidade de trabalhadores nas fazendas. Dentre os dados por ele citados, destacamos os 3.000 trabalhadores destinados aos núcleos coloniais, 65.000 imigrantes entrados em Minas em 1898, quase todos destinados a trabalhos braçais nas fazendas e a redução dessa cifra para menos de 30.000 em 1920, por conta da crise do café, indicando um deslocamento do campo para as cidades. O autor menciona que era muito comum a permanência desses imigrantes nos povoados, dando origem a distritos e até mesmo municípios.

Dentro das fazendas, segundo Campoli, surgiu algo parecido com turmas de bairros nas quais os imigrantes se reconheciam como “iguais”, transmitindo um senso comunitário que deu origem a um certo grau de italianidade. Essa afirmação se sustenta na necessidade que os grupos de imigrantes tinham de construir “igrejas, escolas, centros de encontro, praças, vias de ligação dentro da fazenda e a ampliação das construções particulares dos braçais” (p. 110).

O autor observa as variações nas quantidades de imigrantes nas fazendas, desde apenas algumas poucas famílias até centenas de pessoas, e dá um panorama sobre a organização geral da infraestrutura, que depois esmiúça nos estudos de casos que elegeu para ilustrar o que discute nessa parte introdutória:

A distribuição espacial da população da fazenda era em geral radial em relação a casa do fazendeiro, o centro administrativo, coletor e ponto de beneficiamento dos produtos agrícolas. Cada família tinha o seu ambiente privado onde habitava, cultivava uma horta e criava animais domésticos (p. 110).

Campoli propõe uma reflexão sobre a relação entre as fazendas e os povoados ou cidades, lembrando que estas cresceram em função do desenvolvimento econômico do campo e retoma, mais uma vez, o que consideramos uma de suas hipóteses centrais:

Desde as pequenas chácaras até os extensos latifúndios, as fazendas foram o cenário privilegiado do encontro dos italianos em Minas Gerais. [...] O papel dos italianos como exemplo enobecedor do trabalho foi perpetuado principalmente nas fazendas e mostrado em seu interior e nos povoados vizinhos (p. 111).

Após esse panorama inicial, aprofunda discussões levantadas e as características observadas por meio dos estudos de caso da Fazenda do Rochedo, na Zona da Mata, e das fazendas de Poços de Caldas, no Sul de Minas. As figuras são bastante ilustrativas, apresentam a organização espacial da Fazenda do Rochedo e uma planta de uma habitação ali construída para um trabalhador imigrante.

Na subdivisão 2.5 - *As Colônias Rurais*, Campoli se ocupa do universo rural dos italianos dentro dos Núcleos Coloniais. Para seus estudos de caso, escolhe os núcleos coloniais Rodrigo Silva, em Barbacena, Várzea do Marçal, em São João Del Rei e Santa Maria, localizado entre Ubá, Pomba e Cataguases. A riqueza de detalhes e microanálises do autor para cada um deles é elevada. Por esse motivo, vamos focar em algumas informações básicas apresentadas para cada um: a data de fundação, o tamanho do núcleo colonial, o número de imigrantes italianos, as culturas desenvolvidas e a distância em relação aos núcleos urbanos.

O primeiro núcleo colonial analisado pelo autor é o Rodrigo Silva, localizado em Barbacena, instituído por Decreto Imperial de 15 de abril de 1888. Sua dimensão era de 700 alqueires divididos em 239 lotes rurais e 40 urbanos. O governo não se responsabilizou pela construção de casas. Na primeira etapa, recebeu 25 famílias, ao todo 122 pessoas. Em 1911 contava com cerca de 1.316 imigrantes. Neste núcleo colonial o número de italianos superou o de brasileiros e o de outras nacionalidades. As ferrovias Oeste de Minas e Central do Brasil cortavam a colônia, que contava com uma estação própria, batizada com seu nome: Rodrigo Silva.

A colônia dedicou-se à olericultura, à floricultura, à criação de gado suíno e bovino e ao cultivo de trigo e de milho. Os colonos italianos tentaram introduzir as produções vinícola e de azeite de oliva, que não foram bem-sucedidas por questões climáticas e por conta da falta de mercado para absorver a produção. Também se dedicaram à cultura da seda, fundando inclusive uma Estação Sericícola, que não resistiu

à concorrência da produção de São Paulo, promovida pela colônia japonesa entre 1930 e 1940.

O núcleo colonial foi instalado a apenas 10 km de Barbacena e acabou por ser englobado pela expansão urbana, compondo hoje bairros periféricos habitados por muitos descendentes de italianos. Campoli também apresenta um belo mapa do núcleo e afirma que ele foi um dos poucos que seguiu o mesmo modelo dos que foram implantados nas províncias do Sul do Brasil.

Na sequência, Campoli debruçou-se sobre o Núcleo Colonial Várzea do Marçal, localizado em São João del Rei, que também foi instalado nas proximidades da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Sua implementação começou em janeiro de 1888 e seu planejamento previa a dimensão de 1.000 alqueires divididos em 100 lotes de 15 hectares cada um. O projeto original também contava com uma casa padrão para cada lote, que não foram construídas completamente, gerando descontentamento e uma posterior dispersão dos imigrantes, obrigados que eram a alojarem-se num galpão provisório ou em casas provisórias, chegando ao ponto de haver duas famílias dividindo a mesma casa. Dentre os italianos descontentes, muitos foram deportados e expatriados.

O projeto também foi feito de modo que todos os lotes tivessem acesso à água. O núcleo colonial ficava a 5 km do centro de São João del Rei e, por isso, não tinha sua própria estação colonial. Em 1891, ali viviam 97 famílias, ao todo 779 pessoas, que naquele ano produziam milho, arroz, café, mandioca, trigo, feijão, batata, cana, uva, maçã, pera e pêssego. Não há dados populacionais e produtivos para outros anos.

São apontadas trocas comerciais entre o núcleo colonial e a cidade e uma sucessiva absorção dos imigrantes pelo ambiente urbano. Ao que parece, houve um sentimento de italianidade forte, já que fundaram a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Figli del Lavoro*. Campoli também apresenta mapa de época para esse núcleo colonial.

O Núcleo Colonial Santa Maria, localizado na Barra do Diamante de Santa Maria, que na época era dividida entre os municípios de Ubá, Pomba e Cataguases, foi criado pelo Decreto nº 2.818 de 22 de abril de 1910. Tinha uma área de 400 alqueires, divididos em 55 lotes, cada um com o tamanho médio de 250.000 metros quadrados. A colônia situava-se distante dos centros urbanos e a estação ferroviária mais próxima era Sobral Pinto, da Estrada de Ferro Leopoldina, que ligava o núcleo ao Rio de Janeiro.

A colônia foi criada para produzir café e muitos dos seus ocupantes já estavam em Minas e tinham experiência com o cultivo da rubiácea. Os primeiros colonos foram 83 italianos e 171 brasileiros. Cada lote continha uma casa financiada pelo Estado, água,

moinho, horta e lavouras secundárias, em especial o tabaco, que foi uma fonte de renda alternativa durante a crise da economia cafeeira. O Governo Estadual também fornecia os instrumentos para trabalhar a terra e recebia o pagamento das parcelas para a aquisição do lote colonial em espécie. Muitos italianos quitaram a dívida e adquiriram o lote antes do prazo. No entanto a crise do café, em especial em 1919, provocou a saída de alguns, que abandonaram seus lotes e se dirigiram para outros locais ou até mesmo retornaram à Itália.

O autor informa que o núcleo colonial começou a se deteriorar depois da 2ª Guerra Mundial e que houve um forte movimento emigratório para as cidades, nos anos de 1950, quando a Zona da Mata entrou em um acentuado processo de Industrialização. Após esses eventos, os lotes começaram a ser vendidos e foram reagrupados em novas grandes propriedades.

Campoli salienta que os italianos não conseguiram perpetuar sua cultura em meio a tantos colonos brasileiros e, mais uma vez, os aponta como exemplo e estímulo para a aquisição da terra por meio do trabalho manual constante e duro. Para este núcleo também apresenta um mapa.

Com a apresentação da Colônia de Santa Maria, Campoli termina a segunda parte da obra e inicia a terceira e última: *Expressão Urbana e Industrial da Imigração Italiana em Minas Gerais*. A primeira subdivisão desta parte intitula-se *3.1 Origens e Desenvolvimento da Imigração Italiana nas Áreas Urbanas Mineiras*. Começa com uma introdução para estudos de casos subsequentes. Primeiramente, estabelece o recorte temporal para estudar o fenômeno da presença italiana nos ambientes urbanos mineiros: 1860-1930. Reproduziremos aqui um parágrafo em que o autor sintetiza as fases e tipos de ingresso dos italianos nas cidades:

Fundamentalmente pode-se representar a imigração urbana mineira considerando: a) o ingresso de poucos indivíduos, sozinhos ou com família, que se dirigiram para as cidades de Minas Gerais a partir de 1860 até 1888; b) os ingressos de imigrantes, principalmente homens que, entre 1888 e 1910, colaboraram com a construção de Belo Horizonte e com o desenvolvimento de outras cidades mineiras e c) o ingresso de estrangeiros que migraram dos campos para as cidades ao longo da primeira metade do século (p. 147).

Este parágrafo é apresentado logo de início e Campoli desenvolve e detalha cada uma dessas três fases e dinâmicas, apresentando o contexto em que elas estão inseridas, tais como a crise do café, o reinvestimento de capitais na indústria e o abandono da produção de café nas fazendas, o que causou o êxodo rural de imigrantes na terceira fase

com consequentes e significativos ingressos nas cidades, apesar da diminuição da entrada de italianos em Minas no começo do século XX. Para sustentar essa afirmação, apresenta uma tabela com dados demográficos de treze cidades, com base nos censos de 1872, 1890 e 1920.

O autor aponta o Sul de Minas e a Zona da Mata em primeiro lugar e o Triângulo Mineiro e o Vale do Rio Doce em segundo lugar, como zonas de impacto da presença italiana no meio urbano. Para as cidades do Norte do Estado, identifica algum ingresso de italianos somente após 1940, com ápice em 1960.

Reforça que a parte meridional de Minas foi a que teve maior presença urbana de italianos, mas também cita cidades de outras regiões de Minas que tiveram significativa presença de italianos e descendentes: Belo Horizonte, Andradas, Astolfo Dutra, Cataguases, Carangola, Governador Valadares, Guaxupé, Leopoldina, Muriaé, Muzambinho, Ouro Fino, Passos, Ponte Nova, Pouso Alegre, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Uberaba, Uberlândia, Varginha e Viçosa (p. 150). Podemos acrescentar a esta lista Poços de Caldas e Juiz de Fora⁴.

Também pondera que, no geral, um grande número de homens solteiros, os casamentos mistos (com não italianas/os) e o ambiente urbano dificultaram a manutenção da cultura italiana e facilitaram a assimilação cultural brasileira. Aponta algumas exceções, em que um certo sentimento de italianidade sobreviveu por mais tempo: Poços de Caldas, Barbacena, São João del Rei e alguns bairros de Belo Horizonte.

Feita esta introdução, o autor começa a apresentação de estudos de caso com Poços de Caldas e Ubá. Para o caso de Poços de Caldas, Campoli chama a atenção para a sua situação geográfica, bem na divisa com o estado de São Paulo, tendo, por esse motivo, recebido inúmeros imigrantes das fazendas de café paulistas. Também recebeu imigrantes diretamente da Itália, em sua maioria chamados por parentes e amigos. Numa primeira fase, recebeu imigrantes do Sul da Itália e após 1890 recebeu maior número de vênnetos, toscanos, lombardos e romanholos. Trabalhavam no setor de serviços e no artesanato, exercendo funções tais como alfaiates, barbeiros, carpinteiros e mestres de obra. Por se tratar de uma cidade turística, também havia emprego no setor hoteleiro: cozinheiros, garçons, empregados de cassinos, músicos e outros.

⁴ Para Juiz de Fora observamos que um censo de 1893 mostra que 11% da população URBANA de JF era composta de italianos. Hoje em dia isso corresponderia a mais de 60 mil pessoas. E só eram computados os italianos natos. Os filhos eram recenseados como brasileiros.

Em Ubá também se repetiu o mesmo padrão: maioria de imigrantes do Sul da Itália entre 1860 e 1888 e maioria de vênets entre 1892 e 1900. Campoli também aponta um novo deslocamento do campo para a cidade após 1915, por conta da crise do café. Além disso fala de uma influência dos colonos italianos do Núcleo Colonial de Santa Maria em terras adjacentes e no entorno de Ubá, que criaram 4.586 pequenas propriedades no município onde desenvolveu-se a policultura. O autor sugere que houve uma reforma agrária localizada.

Também menciona o trabalho dos imigrantes na construção da Estrada de Ferro Leopoldina e indica a participação dos italianos em profissões urbanas de maior prestígio, no comércio e na indústria de maior escala. Participaram inclusive de sociedades bancárias. Cita vários exemplos de atividades empresariais de maior vulto e casos de italianos que se tornaram grandes empresários. Vale a pena salientar que, em 1900, os pequenos operários da cidade organizavam-se por meio da *Società Fratellanza Italiana di Beneficenza*.

Vejamos agora a subdivisão 3.2 *Belo Horizonte e os Imigrantes Italianos*. Como o próprio nome diz, é toda ela dedicada à imigração na capital. O autor parte da contextualização histórica da origem de Belo Horizonte, desde a decisão da mudança da capital do Estado para a localidade de Curral Del Rei, em 1890, até o início da construção da nova capital planejada, em 1893. Esse é o ano que marca o início da chegada de imigrantes italianos, motivada pela necessidade de mão de obra para a construção civil e pela necessidade de abastecimento alimentar.

Campoli justifica uma subdivisão inteira só para Belo Horizonte porque a capital e seu entorno foram áreas que tiveram a presença mais marcante de italianos depois da Zona da Mata e do Sul de Minas.

Há uma observação do autor nessa parte introdutória que merece destaque: “Pensava-se que os problemas sociais, como pobreza e violência, não se desenvolveriam em uma estrutura na qual as áreas destinadas aos pobres não tinham sido pensadas e muito menos planejadas” (p. 162). Campoli afirma, com acerto, que, com o passar do tempo e o grande fluxo de pessoas para a região da capital, o espaço urbano adquiriria uma feição mais realista e condizente com o tecido social que nele se formou. Nesse sentido, cita habitações precárias perto dos canteiros de obras, casas adquiridas por imigrantes dentro do perímetro urbano, que havia sido pensado para a elite, e a formação de cortiços nas áreas periféricas.

Com o tempo, como forças de atração de pessoas para Belo Horizonte, além de atividades de suporte da própria construção civil e de atividades administrativas, surgiu na capital um polo industrial de mineração. Além das atividades desempenhadas na construção civil, os imigrantes trabalharam no setor de serviços, montando pequenos negócios.

As áreas com maior concentração de imigrantes na capital foram bairros como Barro Preto, Calafate e as colônias agrícolas no entorno do perímetro urbano. Entre 1896 e 1897 a imigração provocou um significativo aumento da população da capital, que dobrou de tamanho. Em 1920, como citado pelo autor, havia 2.751 italianos em meio a um total de 42.000 pessoas no município.

Esses italianos fundaram sociedades de mútua ajuda e beneficência, que serviram para a organização sindical dos operários, para promover a assistência aos sócios em casos de doenças e dificuldades financeiras e para promover atividades recreativas e culturais. Certamente essas sociedades tiveram papel relevante, num contexto nada fácil para o imigrante em Belo Horizonte. Segundo Campoli, em 1900 ...

[...] o Cônsul italiano em Juiz de Fora Eduardo Negri di Lamporo, através de um ressentido comunicado ao Ministério das Relações exteriores da Itália, desencorajava os italianos que não tivessem certeza de um imediato e bem remunerado emprego a emigrar para a capital mineira (p. 166).

Por fim, o autor observa que mesmo em Belo Horizonte o número de italianos era pequeno em relação a população total, mas, mesmo assim, impactaram a sociedade local por meio da atitude e do exemplo.

Passemos para a subdivisão *3.3 As Colônias Urbanas*. Aqui o autor trata dos núcleos coloniais que foram planejados pela Comissão Construtora da Nova Capital para fornecer alimentos à população em geral. Foram localizados nos subúrbios da nova cidade em construção a cerca de 3 km do seu centro geográfico. Sua construção foi disciplinada pela legislação já existente, que versava sobre os núcleos coloniais rurais. O Estado construiu a infraestrutura, que incluía uma casa para cada lote, e os instrumentos e animais necessários para começar a produzir. O colono recebia um título de propriedade provisório, que se tornava definitivo assim que ele conseguisse pagar ao Estado o valor integral do lote.

Os núcleos coloniais foram instituídos por meio dos decretos nº1898 e nº1899, a saber:

[...] Córregos Postinho, Pinto e Ribeirão das Arrudas onde foi instituído o Núcleo Colonial Carlos Prates (1898), que ocupava uma área de 267 hectares; o Córrego da Mata, que hospedou o Núcleo Colonial Mário Werneck (1898), com 144 hectares; o Córrego Leitão, ligado ao Núcleo Afonso Pena (1899), que era a colônia mais extensa, com 594 hectares; o Córrego Cardoso, para a Alberto Ferraz (1899), com 156 hectares e o Córrego do Acaba Mundo, onde foi instalado o Núcleo Bias Fortes (1899), com 238 hectares (p. 172).

Cada lote destes núcleos tinha, em média, 2 hectares. No geral, o número de colonos brasileiros nesses núcleos era maior do que o de imigrantes, com exceção do Núcleo Colonial Carlos Prates, cuja maioria absoluta era de italianos. Para expor esse panorama, o autor elaborou uma tabela para que o leitor visualize claramente a porcentagem de imigrantes em relação a população total de cada colônia. Campoli estima que 4/5 dos habitantes das colônias eram brasileiros.

Utilizando como fonte os Relatórios da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, o autor constatou uma produção bastante diversificada: milho e fubá, batata, arroz, feijão, cebola, alho, folhas, tomate, forragem, galináceos, lenha, tijolos, cerâmica, leite, abacaxi, uva e outros tipos de fruta, mel, cavalos, vacas, porcos e cabras.

Estas colônias urbanas, enquanto estruturas estatais, duraram de 1899 a 1916. Em 1930 a expansão demográfica e urbana já havia englobado esses núcleos coloniais. A fonte que embasa essa afirmação é a Planta Geral da Cidade de Belo Horizonte de 1929, na qual elas são designadas como “ex-colônias” e estão integradas à malha urbana.

O espaço dos núcleos coloniais de Belo Horizonte, por estarem intimamente ligados ao ambiente urbano da capital e por contarem com uma maioria de imigrantes solteiros, favoreceu os casamentos mistos (com não italianas/os) e teve um efeito desintegrador da cultura original dos italianos, que acabaram assimilando a cultura local.

Por último, Campoli analisa mais detalhadamente o Núcleo Colonial Carlos Prates, o único com maioria de imigrantes italianos em relação aos brasileiros: em 1908 havia 268 italianos e 144 brasileiros. O autor observa uma maioria de italianos agricultores e provenientes do Nordeste da Itália. Com este estudo de caso, o autor confirma aquilo que anteriormente observou sobre os núcleos coloniais urbanos em geral.

A subdivisão que segue é *3.4 Hipóteses Contrastantes Sobre o Papel dos Italianos na Urbanização e na Industrialização de Juiz de Fora*. Inicia essa parte retomando as duas posições discordantes sobre a imigração italiana em Minas Gerais: a que a supervaloriza e a que diz que ela não teve relevância. Afirma que a posição mais seguida é a segunda, porém a critica dizendo que os seus partidários não foram além dos dados estatísticos para chegar a esta conclusão e, além disso, não apresentam um

argumento forte o suficiente para descartar a imigração como “uma chave importante do desenvolvimento ocorrido em Minas Gerais” (p.181). Elege o processo da industrialização de Juiz de Fora como um estudo de caso que pode ajudar a resolver esta controvérsia.

Começa observando que Juiz de Fora começou a se tornar economicamente importante desde o final do século XVIII, com a conversão de uma economia subsidiária da mineração em uma economia centrada na cafeicultura, chegando a ser considerada a “Manchester mineira” nos jornais do início do século XX.

Aponta a presença de italianos em Juiz de Fora desde a década de 1880, que desempenhavam modalidades de atividades variadas, destacando o pequeno comércio. Porém, naquele momento, os números não causaram grande efeito na economia e sociedade local.

Elenca o descumprimento das cláusulas contratuais pelos patrões, os maus tratos e as duras condições de trabalho, como fatores que motivaram a migração de italianos das lavouras de café para a cidade, “que já era substancial em 1900 e teve seu ápice entre 1920 e 1930, continuando após a 2ª Guerra Mundial a reboque do verdadeiro processo de industrialização de Minas Gerais, que ocorreu em 1945” (p.182). Apesar desse movimento de deslocamento, de modo geral, do imigrante para a cidade, o autor também menciona algumas famílias de camponeses enriquecidos, que buscaram acesso a serviços e oportunidades diversas, inclusive favorecer estudos aos filhos.

Lembra que até 1940, Juiz de Fora era a maior e mais importante cidade de Minas Gerais. Aponta como causa desse sucesso sua posição estratégica no escoamento do café e sua ligação com a então capital do país: o Rio de Janeiro.

O autor traça o seguinte panorama sobre a participação do imigrante na industrialização de Juiz de Fora:

O surgimento de atividades artesanais, de manufatura doméstica e de empresas familiares aumentou com a atuação dos imigrantes. Nos dados de arquivo coletados por Mônica Ribeiro de Oliveira consta que 13% dos italianos possuíam um negócio qualquer. Este dado exclui claramente o trabalho ilegal que, devido à pequena dimensão dos negócios, tinha uma expressão consistente. Estes italianos se impuseram com sucesso e exclusividade na produção de gêneros alimentares, na manufatura de móveis, sapatos e vestuário, onde representavam 58% da população empregadas nestes setores (p. 183).

No geral os italianos não se tornaram grandes empresários e industriais e nem compuseram a elite local, restringindo-se a administrar pequenas e médias empresas. Mesmo assim, o autor reconhece a sua importância.

Campoli também cita presença dos italianos como operários na indústria têxtil desde 1915, um dos casos de empresas de produção em grande escala em Juiz de Fora. O operariado italiano, em geral, não só do setor têxtil, foi responsável por fundar sociedades sindicais, de mútua ajuda, culturais e de lazer.

Houve casos, também, de italianos médicos, advogados, dentistas e contadores nos anos de 1920. Mas o autor dá um peso especial para os imigrantes empregados na máquina produtora de café, tendo representado 50% da força de trabalho, dos quais 90% eram italianos.

O autor termina chamando a atenção para o fato de que os imigrantes italianos ajudaram a promover a transição de uma realidade exclusivamente agrária para outra mais diversificada e complexa em termos manufatureiros, comerciais e operacionais, formando um amplo mercado de trabalho. Mais uma vez, ressalta a importância dos imigrantes nesse processo, a despeito de serem poucos, afirmando que “Deseja-se aqui chegar o mais próximo da verdade histórica” (p. 184).

Por fim, chegamos a quarta e última parte da obra de Campoli, a *Conclusão*. Nela, o autor retoma o que foi discutido previamente no livro e põe em evidência a seguinte questão: se o número dos imigrantes italianos em Minas Gerais foi exíguo em relação à população total e se eles assimilaram rapidamente a cultura tradicional da sociedade mineira, onde então está a sua importância? A resposta já foi dada ao logo desse resumo: sua importância está principalmente nas contribuições para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, no enobrecimento do trabalho manual, na transição de uma sociedade escravista para uma sociedade de consumo, na formação de uma pequena classe média. Nessa linha de raciocínio o autor escreve as seguintes linhas:

A questão é que Minas, naquele momento histórico particular marcado pela abolição da escravidão, necessitava de mão de obra e, principalmente, de uma educação para o trabalho, cujo mérito e aporte deve-se indiscutivelmente aos imigrantes italianos. Um famoso advogado mineiro do final do século XIX sustentava que em Minas Gerais não havia braços para fazer frutificar suas riquezas embora houvesse pernas suficientes, evidenciando exatamente não a falta numérica de pessoas, mas a ausência de atitude para o trabalho. Transparecendo vontade, capacidade, tenacidade, dedicação e sucesso, expressas principalmente no trabalho agrícola e mais amplamente no trabalho manual, acompanhado a seguir de outras expressões do trabalho intelectual e artístico, os italianos conseguiram, através do efeito da demonstração, estimular a sociedade mineira para o trabalho manual e assim garantir a

formação de uma própria autonomia produtiva e o desenvolvimento econômico (p. 193).

Além disso, o autor restringe o fenômeno da imigração nas regiões mineiras cuja atividade econômica era a locomotiva do país: a produção de café. Em outras palavras, o autor afirma que o imigrante esteve num espaço estratégico no qual promoveu substanciais mudanças na cultura do trabalho e na sociedade.

Campoli conclui sua obra citando a estimativa, segundo Luís Carlos Biasutti, de que há mais de um milhão e meio de descendentes de italianos em Minas, que reconhecem a importância do legado deixado por seus antepassados.